



CONGRESSO NACIONAL

EMENDA - 00004

MPV 569/2012

Mensagem 0038/2012-CN

0182/2012, na Origem

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 17/05/2012	Proposição Medida Provisória nº 569, de 14 de maio de 2012.
--------------------	--

Autor Dep. SANDRO MABEL	Nº do prontuário
----------------------------	------------------

1. <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> Substitutiva	3. <input type="checkbox"/> Modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
--	--	--	--	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se à Medida Provisória 569 de 14 maio de 2012, onde couber, o seguinte artigo:

Art. A Lei 10.826, de 22 de dezembro de 2003, passa a vigorar acrescida do seguinte dispositivo:

"Art. 27-A. A venda de produtos controlados de uso restrito poderá ser realizada por pessoa jurídica, com autorização do Exército Brasileiro para o comércio de produtos controlados, e desde que:

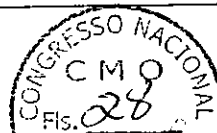
I - possua autorização do fabricante para comércio de seus produtos; e

II - sejam destinados às Forças Armadas, órgãos de segurança pública e demais pessoas físicas ou jurídicas autorizadas a adquirir produtos de uso restrito."

### JUSTIFICATIVA

As normas em vigor que regem esse segmento dispõem que apenas as indústrias podem vender produtos controlados de uso restrito, visando, desta maneira, por uma questão de controle, vedar o comércio destes produtos através das lojas especializadas.

No entanto, na época de elaboração destas normas, não se levou em consideração as chamadas distribuidoras e representantes, que são utilizados pelas indústrias para conceder agilidade e eficiência à distribuição dos produtos a todo o Brasil. Neste contexto, referidos locais representam verdadeira extensão das indústrias, o que justifica



*Assinatura*

004

a necessidade de serem autorizadas a comercializarem produtos de uso restrito, desde que presentes os requisitos relacionados nesta proposta, que visam garantir o controle nessas operações.

Sala das Sessões, em      de      de 2012.

PARLAMENTAR

Brasília – DF

17 de maio de 2012

  
**SANDRO MABEL**  
**PMDB/GO** 

